

Demografia não chega

Esta semana, Carvalho da Silva criticou o executivo pela ausência de estratégia em matéria de formação profissional. De acordo com o sindicalista, o facto de as empresas portuguesas negligenciarem a formação tem favorecido um crescimento apoiado em indústrias de mão de obra barata, em lugar de promover a inovação tecnológica. O argumento é válido e, quanto a nós, merece toda a atenção.

Sem dúvida, a aproximação do rendimento per capita português ao nível médio da União Europeia passa pelo aumento da qualidade da força de trabalho. Se acreditarmos que a produtividade depende das qualificações, a um nível médio de educação inferior tende a corresponder um rendimento médio também inferior. Quanto a isto, não há volta a dar. E engana-se quem pensar que, lá por ser qualificado, o problema não é seu. De facto, na medida em que a qualidade das decisões, a estrutura das organizações produtivas, os métodos de trabalho e a inovação dependem de equipas, o mesmo indivíduo tenderá a revelar uma produtividade mais baixa se inserido num conjunto populacional com menor nível de instrução.

Infelizmente, a evolução recente em matéria de recursos humanos não tem sido muito promissora para Portugal. Para ilustrar, apresentamos no Quadro Um alguns indicadores de competitividade, recolhidos junto do World Competitiveness Yearbook (WCY). Para cada variável, o quadro mostra a posição relativa de Portugal, Espanha e Hungria, num universo de 33 países (na realidade, em 2001 o WCY ordenou 49 países, mas os dados em baixo respeitam apenas aos 33 que constavam no relatório de 1991). Numa primeira leitura, verificamos que em 2001 Portugal estava na cauda da tabela em qualquer dos indicadores. Por exemplo, ocupava a 32ª posição (44ª em 49 países) no que respeita à qualidade do sistema educativo, a 32ª posição (43ª) na disponibilidade de trabalhadores qualificados e a 32ª posição (44ª) em empreendedorismo.

Quadro Um

Posição relativa em 33 países

	Portugal		Espanha		Hungria	
	2001	1991	2001	1991	2001	1991
Qualidade do sistema educativo	32	19	19	21	9	28
Disponibilidade de trabalhadores especializados	32	23	26	28	17	17
Disponibilidade de engenheiros qualificados	31	18	16	23	2	20
Motivação dos trabalhadores	30	21	26	33	22	32
Disponibilidade de gestores competentes	29	26	22	27	21	31
Iniciativa empresarial	32	30	28	22	14	33

Fonte: The World Competitiveness Yearbook, 2001, 1991.

Estes números, só por si, dão que pensar. Mas não constituem propriamente uma novidade. Há muito que se sabe que a qualificação dos recursos humanos é o calcanhar Aquiles da economia portuguesa. Era assim no início do século XX e continua a ser assim no início do século XXI. Mais relevante é saber se Portugal tem vindo ou não a recuperar o atraso. Ora os dados do Quadro Um apontam para uma evolução decepcionante na última década. Nomeadamente, Portugal perdeu 13 lugares na qualidade do sistema educativo, 9 lugares na disponibilidade de trabalhadores especializados e 13 lugares na disponibilidade de engenheiros competentes. Isto num universo de apenas 33 países! No mesmo período, a Espanha recuperou em 5 dos 6 indicadores. Mais notável é o comportamento da Hungria, que em 1991 estava pior do que Portugal em 5 indicadores e que, em 2001, já estava melhor em toda a linha.

Estes dados valem o que valem e é possível que outros existam, menos arrasadores. Mas o facto de todos apontarem para uma deterioração da competitividade não pode deixar de constituir motivo de reflexão. Possivelmente, a atitude que tem sido adoptada pelos sucessivos governos, de concentrar esforços na formação inicial e contar com a evolução demográfica para aumentar o nível médio de educação da população portuguesa não chega. Em primeiro lugar, porque o processo biológico é muito lento. Em segundo lugar porque, em qualquer ramo profissional, é fundamental a formação ao longo da vida.

De acordo com o WCY, as empresas portuguesas interessam-se pouco pela formação: em 2001 Portugal estava na 46ª posição (em 49 países) no que respeita à prioridade atribuída pelas empresas à formação profissional. A não ser que a ideia seja transformar Portugal no Paquistão da Europa (eventualmente exportando tapetes em

TGV!), se a economia descentralizada não é capaz de fornecer um nível de formação adequado, é obrigação do Estado intervir.

É fácil encerrar cursos de ensino recorrente, com o argumento de que se prestam a abusos e não estão a cumprir objectivos. Mas nesse processo pode ficar a ideia de que o Governo cruza os braços, em lugar de oferecer alternativas mais eficazes. E o silêncio do governo nessa matéria é pouco esclarecedor. Alguém conhece a estratégia do Governo em matéria de formação profissional? Será que vão ser aumentados os benefícios fiscais aos investimentos em educação? Vão os subsídios de desemprego ser prolongados a quem frequentar, com aproveitamento, cursos de especialização?irá o Estado aproveitar o excesso de capacidade do sistema de ensino, desenhando programas específicos para formação de adultos? Será que estas questões têm algum interesse eleitoral?

Miguel Lebre de Freitas

Universidade de Aveiro, 8-6-2